

Relação educação-trabalho: um estudo dos egressos de agronomia do IF Goiano – campus Morrinhos

Education-work relationship: a study of agronomy graduates of IF Goiano - campus Morrinhos

Recebido: 13/09/2020 | **Revisado:** 21/04/2021 | **Aceito:** 04/05/2021 | **Publicado:** 23/08/2021

Luciana Dos Santos Machado Balduino
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5718-6019>
Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos
E-mail: luciana.balduino@ifgoiano.edu.br

Como citar: BALDUINO, L. S. M.; Relação educação-trabalho: um estudo dos egressos de agronomia do IF goiano – campus Morrinhos. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 2, n. 21, p. e11154, ago. 2021. ISSN 2447-1801.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

Este artigo tem como objetivo conhecer e interpretar as relações entre a formação no curso Superior em Agronomia e a inserção dos egressos das turmas de 2010 e 2011 do IF Goiano – Campus Morrinhos no mundo do trabalho. A pesquisa fundamenta-se na perspectiva do materialismo histórico dialético, com técnicas investigativas de cunho bibliográfico, documental e empírico. Como aporte teórico para as análises recorremos a Frigotto (1991); Ianni (1980); Gramsci (2011); Marx; Engels (1986), entre outros. Entre os achados da pesquisa confirmou-se a importância do IF Goiano no processo de interiorização do Ensino Superior. Os dados mostraram que 60% dos egressos estavam atuando na área de sua formação, confirmando uma perspectiva animadora para o campo de atuação do Engenheiro Agrônomo.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Educação Superior. Egressos.

Abstract

This article aims to know and interpret the relations between higher education in Agronomy and the insertion of graduates from the classes of 2010 and 2011 of IF Goiano – Campus Morrinhos in the world of work. The research is based on the perspective of dialectical historical materialism, with investigative techniques of bibliographic, documentary and empirical. As a theoretical contribution to the analyses we use Frigotto (1991); Ianni (1980); Gramsci (2011); Marx; Engels (1986); Trivinós (1987) among others. Among the findings of the research, the importance of IF Goiano in the process of internalization of Higher Education was confirmed. The data showed that 60% of the graduates were working in the area of their training, confirming an encouraging perspective for the field of activity of the Agronomist Engineer.

Keywords: Public Policies. Federal Institutes of Education, Science and Technology. Higher Education. Graduates.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a educação superior é ofertada tanto pelo setor público quanto pelo privado. As públicas são criadas, incorporadas, mantidas e administradas pelo poder público, categoria em que se incluem as instituições

federais, estaduais ou municipais. As privadas, por sua vez, são mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, e organizadas como instituições privadas com ou sem fins lucrativos. Esta última categoria abarca instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas. Sua organização acadêmica é representada por faculdades, centros universitários e universidades.

Sabe-se que a educação superior é um processo de formação que conduz o indivíduo ao mundo do trabalho, visto que, normalmente, há uma relação entre a vaga de trabalho pleiteada e a área de formação em nível de graduação. Assim, a educação e o trabalho estão intrinsecamente relacionados, por isso, estudar a relação trabalho e educação requer esforços teóricos e empíricos que desvelem dados e informações capazes de retratar esse fenômeno. O objetivo dessa pesquisa foi conhecer e interpretar as relações entre a formação no curso Superior em Agronomia e a inserção dos egressos das turmas de 2010 e 2011 do IF Goiano – Campus Morrinhos¹ no mundo² do trabalho. Entre os diferentes cursos oferecidos pela instituição, o que chamou a atenção foi o bacharelado em Agronomia, por atender a demanda de grande parte do Brasil, uma vez que a economia do país, em especial da região Centro-Oeste, sustenta-se nas atividades agrícolas e pecuárias.

O estudo fundamentou no materialismo histórico dialético, tendo por pressuposto captar o movimento real do pensamento, de maneira a se entender as relações entre as partes e o todo, tendo em vista a totalidade, a contradição, o modo de produção e a luta de classes. Implica, desse modo, desvelar as contradições na sociedade capitalista a qual exige cada vez mais um trabalhador qualificado, desconsiderando as diferenças de classes sociais e os desafios socioeconômicos impostos para o acesso e permanência no Ensino Superior.

Para captar parte da realidade, foram utilizadas as pesquisas documental e empírica, além de dados secundários disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entre outros. Na pesquisa empírica, aplicou-se um

1 O IF Goiano - Campus Morrinhos é uma instituição pública federal que iniciou suas atividades de ensino em 1997, ocasião em que era denominada Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Morrinhos, vinculada à Escola Agrotécnica Federal de Urutaí (EAFUR). Com a Lei nº 11.892/2008, passou a ser denominada IF Goiano - Campus Morrinhos, atualmente oferece cursos técnicos de nível médio, cursos superiores de tecnologia, bacharelados, licenciaturas, além de cursos de pós-graduação *Lato sensu* e *Stricto sensu*.

2 A expressão “mundo do trabalho” nos aproxima mais da compreensão marxista e gramsciana, entretanto, utilizamos neste estudo, em alguns momentos, a expressão “mercado de trabalho” por ter sido utilizada nas entrevistas e questionários com os egressos.

questionário com perguntas semi-estruturadas, disponibilizadas por meio da ferramenta *Survey Monkey*.

O referencial teórico que sustenta as análises realizadas neste estudo são, Cunha (2000); Demo (2000); Frigotto (1989,1991); Ianni (1980); Gramsci (2011); Laudares e Quaresma (2007); Marx (1983); Marx; Engels (1986); Paro (1997,1999); Saviani (1991, 2007); Oliveira (2007); Trivínos (1987); entre outros.

Este artigo está estruturado em quatro seções. Na primeira, tratamos sobre a relação entre trabalho e educação, na segunda apresentamos a metodologia utilizada que nos permitiu chegar a algumas considerações. Na sequência trazemos discussões e resultados obtidos por meio da pesquisa. Na última seção concluímos o artigo com algumas considerações.

2 TRABALHO E EDUCAÇÃO: UMA RELAÇÃO INTRÍNSECA

No período colonial brasileiro, o ensino, ministrado pelos jesuítas, possuía caráter clássico, intelectual e humanista, sendo destinado à formação de uma pequena parcela da sociedade. A educação tinha como objetivo a formação da mão de obra para a realização dos ofícios inerentes ao modo de vida colonial, e, por isso, acontecia na vivência diária. Não havia organização ou sistematização de práticas formais de ensino. Nesse contexto, “[...] a aprendizagem dos ofícios, tanto de escravos quanto de homens livres era desenvolvida no próprio ambiente de trabalho, sem padrões e regulamentos, sem atribuição de tarefas próprias para aprendizes” (CUNHA, 2000a, p.31-32). Portanto, a ideia de educação articulada à formação para o trabalho teve início, no Brasil, no período colonial. Desde então, a educação profissional se apresenta na agenda de discussões referentes à educação, ora com maior destaque, ora com menor.

Os fenômenos não podem ser tratados de forma descontextualizada. Em cada momento histórico a realidade se apresenta de uma forma. Ao tratarmos do trabalho (relação em que o homem se constitui homem) estes aspectos ganham importância para a compreensão da própria história do homem. Nas palavras de Marx (1983), o trabalho.

[...] é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como força, uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua vida. Ao atuar por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita ao jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 1983, p.149-150).

É por essa perspectiva que Marx (1983) explica o processo entre o homem e a natureza. O homem trabalha para garantir sua subsistência material, e, para isso, faz o uso dos meios de produção, que são ferramentas ou utensílios de trabalho utilizados desde as comunidades primitivas. O homem é capaz de fabricar instrumentos de caça e pesca, assim como utilizá-los para produzir alimentos, vestimentas e abrigo. Como Saviani observa, “[...] é o trabalho que define a essência humana. Isso significa que não é possível ao homem viver sem trabalhar. Já que o homem não tem sua existência garantida pela natureza, sem antes agir sobre ela, transformando-a e adequando-a às suas necessidades” (2007, p. 155).

O autor ainda reitera que

[...] o trabalho se instaura a partir do momento em que seu agente antecipa mentalmente a finalidade da ação. Conseqüentemente, o trabalho não é qualquer tipo de atividade, mas uma ação adequada a finalidades. É, pois, uma ação intencional. Para sobreviver o homem necessita extrair da natureza, ativa e intencionalmente, os meios de sua subsistência. Ao fazer isso ele inicia o processo de transformação da natureza, criando o mundo humano [...] (SAVIANI, 1991, p. 19).

Segundo o autor, a capacidade que o homem tem de planejar sua ação na consciência, antes que ela se efetive na prática, é um elemento que o difere dos animais, e representa um marco evolutivo da espécie humana. O trabalho que o ser humano produz é teológico, já que sua ação é feita com consciência e possui uma finalidade.

No Brasil Colônia, o trabalho se efetivava mediante o trabalho manual, entre escravos e trabalhadores livres. Cunha (2000b) explica que,

[...] numa sociedade onde o trabalho manual era destinado aos escravos (índios e africanos), essa característica “contaminava” todas as atividades que lhes eram destinadas, as que exigiam esforço físico ou a utilização das mãos. Homens livres se afastavam do trabalho manual para não deixar dúvidas quanto a sua própria condição, esforçando-se para eliminar as ambigüidades de classificação social. Aí está a base do preconceito contra o trabalho manual, inclusive e principalmente daqueles que estavam socialmente mais próximos dos escravos: mestiços e brancos pobres (CUNHA, 2000b, p. 90).

Na era colonial, a produção era realizada manualmente por escravos (negros e índios) que trabalhavam para movimentar a economia, baseada na extração e comércio de madeira e na agroindústria açucareira. Isso favorecia o enriquecimento dos proprietários das terras. Posteriormente, o modo de produção capitalista passou a vigorar, sendo caracterizado pelas relações assalariadas de produção. Nessa conjuntura, os meios de produção se tornaram propriedade privada da burguesia e o trabalho passou a ser assalariado.

Nos dizeres de Saviani (2007),

A relação trabalho-educação irá sofrer uma nova determinação com o surgimento do modo de produção capitalista [...] a sociedade capitalista ou burguesa, ao constituir a economia de mercado, isto é, a produção de troca, inverteu os termos próprios da sociedade feudal. Nesta, dominava a economia de subsistência [...]. Mas o avanço das forças produtivas, ainda sob as relações feudais, intensificou o desenvolvimento da economia medieval, provocando a geração sistemática de excedentes e ativando o comércio. Esse processo desembocou na organização da produção especificamente voltada para a troca, dando origem à sociedade capitalista (SAVIANI, 2007, p.158).

Para o autor, na sociedade feudal, o homem produzia para atender apenas as suas necessidades de consumo. Caso houvesse uma produção excedente, ele poderia fazer algum tipo de troca. Na sociedade capitalista, por sua vez, é a troca que determina o consumo.

O advento da Revolução Industrial, que ocorreu do final do século XVIII até a primeira metade do século XIX, acarretou mudança nas relações do indivíduo com o trabalho e a educação. A introdução da maquinaria e a necessidade de qualificação específica fizeram os burgueses perceberem a educação escolar como fundamental para a preparação da mão de obra.

Nessa conjuntura, a educação passou a assumir uma nova configuração, obedecendo regras do mercado capitalista. Nesse contexto, a educação, para grande parte da sociedade, passou a ser entendida como ensino técnico e profissional, capaz de garantir mão de obra qualificada para atuar em favor do crescimento da indústria e gerar riqueza para a burguesia capitalista. A escola tinha o desafio de instruir os trabalhadores, tornando-os mais eficientes em suas funções. Saviani (2007, p. 158) analisa que, na sociedade capitalista, “[...] dizer, pois, que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho”.

Paro (1999) afirma que, no Brasil, impera uma educação apenas como preocupação para o trabalho, haja vista que

[...] quando se fala em educação e, em especial, em escola, a primeira preocupação, ou a preocupação que está subentendida nas demais, é com a preparação para o trabalho. Sempre que se procura saber, em pesquisas de campo, qual a função da escola, as respostas que se obtêm, tanto por parte de alunos e pais, quanto de professores e demais educadores escolares, sempre convergem para a questão do trabalho. Fala-se, muitas vezes, que se estuda “para ter uma vida melhor”, mas, quando se procura saber o que isso significa, está sempre por trás a convicção de que “ter sucesso” ou “ser alguém na vida” é algo que se consegue pelo trabalho, ou melhor, pelo emprego.

Uns, por premência, querem o emprego já; outros, com maior expectativa, se preparam para conseguir passar no vestibular e ter um emprego melhor, depois (PARO, 1999, p. 108).

Ainda sobre o papel das instituições educacionais para a formação para o trabalho, Paro (1999) assinala que

[...] é preciso ter presente que não basta formar para o trabalho, ou para a sobrevivência, como parecem entender os que veem na escola apenas um instrumento para preparar para o mercado de trabalho ou para entrar na universidade (que também tem como horizonte o mercado de trabalho). Se a escola deve preparar para alguma coisa, deve ser para a própria vida, mas esta entendida como viver bem, no desfrute de todos os bens criados socialmente pela humanidade. E aqui já há um segundo aspecto, corolário do primeiro, a ser considerado: não basta a escola “preparar para” o bem viver, é preciso que, ao fazer isso, ela estimule e propicie esse bem viver, ou seja, é preciso que a escola seja prazerosa para seus alunos desde já. A primeira condição para propiciar isso é que a educação se apresente enquanto relação humana dialógica que garanta a condição de sujeito tanto do educador quanto do educando (PARO, 1999, p. 302).

A escola seria apenas um lugar de formação do indivíduo para o mercado de trabalho? Paro (1999), ao tecer suas considerações sobre o papel das instituições de ensino, diz que a escola não significa meramente formar para os meios de produção e para a sobrevivência na sociedade moderna. Antes, a educação deve incorporar valores ético-políticos, assim como conteúdos históricos e científicos que caracterizam a dimensão da práxis humana, para constituição do indivíduo histórico.

A educação está voltada à preparação do sujeito para o “bem viver”. Por isso, é preciso que a escola propicie um ambiente prazeroso, favorável à aprendizagem, com perspectivas de uma consistente emancipação intelectual e cultural dos educandos, e centrada na relação dialógica entre professor e aluno.

Nas palavras de Paro (1997),

A educação é entendida como apropriação do saber historicamente produzido é prática social que consiste na própria atualização cultural e histórica do homem. Este, na produção material de sua existência, na construção de sua história, produz conhecimento, técnicas, valores, comportamentos, atitudes, tudo enfim que configura o saber historicamente produzido. Para que isso tudo não se perca e para que a humanidade não tenha que reinventar tudo novamente, a cada nova geração, é preciso que o saber esteja sendo permanentemente passado às gerações subsequentes. A educação é a responsável por essa mediação, sendo ela condição imprescindível da construção histórica do homem para a sociedade e em sociedade (PARO, 1997, p.02).

Para Saviani (1991, p. 19), “[...] a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos. Assim sendo, a compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana”. Essa ideia desenvolvida pelo autor sinaliza que a educação é um atributo exclusivo do ser humano. Dessa maneira, ao compreender a natureza humana, compreende-se, ao mesmo tempo, a natureza da educação, e vice-versa.

O entendimento da especificidade da educação passa pela compreensão do conceito de trabalho. Ao voltar aos escritos de Marx (1983), nota-se que o trabalho é o principal elemento que faz a distinção entre os homens e os outros animais. E o que permite essa distinção é o caráter teleológico do trabalho humano, ou seja, a capacidade de projetar no pensamento os resultados da ação. Assim, pode-se definir a natureza humana por meio do trabalho.

Saviani (1991) enfatiza que, na relação entre educação e trabalho, ambos elementos se encontram na natureza humana, o que significa que a educação é um processo de trabalho. O autor divide o trabalho entre produção de bens materiais e não materiais. O processo de trabalho é a produção e a reprodução da existência humana. Isso implica na garantia da subsistência material, realizada por meio da produção de bens materiais. Para produzir materialmente sua existência, os seres humanos precisam antecipar idealmente os objetivos da ação.

Nas palavras do autor, essa representação mental inclui

O aspecto de conhecimento das propriedades do mundo real (ciência), de valorização (ética) e de simbolização (arte). Tais aspectos, na medida em que são objetos de preocupação explícita e direta, abrem a perspectiva de uma outra categoria de produção que pode ser traduzida pela rubrica “trabalho não-material”. Trata-se aqui da produção das ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades. Numa palavra, trata-se da produção do saber, seja do saber sobre a natureza, seja do saber da cultura, isto é, o conjunto da produção humana. Obviamente, a educação se situa nessa categoria do trabalho não-material (SAVIANI, 1991, p. 20).

Para Gramsci (2011), o trabalho é essencialmente um elemento constitutivo da formação, haja vista que possui uma dimensão de atividade teórico-prática do homem, capaz de mediar a integração do trabalho com o momento educativo. Nesse sentido, é necessário pensar sobre o lugar e o espaço da educação, e, dessa maneira, tentar compreender qual a relação da educação com o mundo do trabalho, e deste com as classes sociais.

A relação da educação com o mundo do trabalho tende a ocorrer no ensino médio e na educação superior, por serem níveis de preparação para o mundo do trabalho. Entende-se a educação como ato de educar para o trabalho, para o exercício pleno da cidadania, para formar sujeitos autônomos, intelectuais, éticos, humanos, conscientes e socialmente produtivos. Para isso, acredita-se ser necessário, cada vez

mais, articular a teoria com a prática, visando o enfrentamento das contradições sociais.

Recorremos a Marx para compreender a proposta de educação omnilateral, integral ou politécnica e que atenda, especialmente, aos interesses da classe trabalhadora, que produzem a vida em meio às relações sociais e de produção.

No pensamento marxiano,

[...] A politecnicidade constitui-se o desenvolvimento de uma cultura geral para a compreensão do processo produtivo dentro e fora da fábrica, com o domínio da técnica e da tecnologia dos processos produtivos. Para o trabalhador significaria a superação da divisão do trabalho intelectual e manual e apropriação técnica e científica dos processos de produção. A omnilateralidade compreende o desenvolvimento de todas as dimensões do ser humano para se alcançar a Formação Integral do Trabalhador (LAUDARES; QUARESMA, 2007, p. 519).

Marx associa a educação politécnica à ideia de indivíduo integralmente desenvolvido. Nessa perspectiva, para o indivíduo, não é suficiente apenas o domínio das técnicas, mas, também, o desenvolvimento intelectual. A educação omnilateral objetiva um homem completo, pelo trabalho produtivo e pela vida em sociedade.

Frigotto (1989) concebe a escola politécnica como uma instituição

[...] cuja organização básica envolve o desenvolvimento intelectual e físico, a formação científica e tecnológica e a indissociabilidade do ensino junto com o trabalho produtivo, ao mesmo tempo em que se posta como escola da sociedade futura, onde se tenha superado a divisão social do trabalho e o “trabalho se tenha convertido não só em um meio de vida, mas na primeira necessidade de vida”, indica a direção da luta, no interior da sociedade burguesa, por uma escola que atenda aos interesses da classe trabalhadora (FRIGOTTO, 1989, p. 189).

No entendimento do autor, a educação integral, que tem o trabalho como princípio educativo indissociável de uma formação geral ampla, tem como objetivo preparar o cidadão para a intelectualidade e para a profissionalização, ou seja, para a vida social como um todo.

As possibilidades de formação humana para além da instrumentalidade profissional, ou seja, uma formação omnilateral, estão presentes nos estudos de Fidalgo e Machado (2000). De acordo com os autores, essa formação

[...] objetiva o alcance de omnilateralidade (a formação completa). Contrapõe-se, portanto, a educação instrumental especializada, tecnicista e discriminatória. Busca o alcance da relação dialética entre a teoria e a prática, visa incrementar as ciências, as humanidades, as

artes e a educação física na formação do e educando. A formação omnilateral é reivindicada pela concepção de educação politécnica e de escola unitária, como meio para a consolidação da perspectiva do amplo desenvolvimento e emancipação do sujeito (FIDALGO; MACHADO, 2000, p.126).

Diante do exposto, espera-se que a formação omnilateral saia do papel e ganhe espaço efetivo nas relações envolvidas no processo didático-pedagógico, seja em sala de aula, nos laboratórios ou mesmo nas atividades de campo.

3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa optamos pelo materialismo histórico dialético, como método. É preciso pensar nossa realidade, o que implica o reconhecimento da necessidade de sua apreensão como um todo estruturado que se desenvolve e se recria. Ianni (1980, p. 13) entende que “[...] a análise dialética ao mesmo tempo constitui e transforma o objeto. Adere destrutivamente ao objeto na medida em que desvenda e desmascara os seus fetichismos, as suas contradições e os seus movimentos”.

Para Frigotto (1991, p. 77), no processo dialético de conhecimento da realidade, “[...] o que importa fundamentalmente não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a crítica e o conhecimento crítico para uma prática que altere e transforme a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano histórico-social”. O autor afirma que não se trata de conhecer a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento. É necessário conhecer a realidade anterior, suas contradições, conflitos, antagonismos, buscando a essência do fenômeno, a realidade como um todo e, posteriormente, propor novas transformações sociais.

O primeiro pressuposto de toda a história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal destes indivíduos e, por meio disto, sua relação dada com o resto da natureza. Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, ou por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida; passo esse que é condicionado por sua organização corporal (MARX; ENGELS, 1986, p. 27).

O materialismo diz respeito à compreensão da condição material da existência humana; o histórico consiste em entender a condição histórica da existência humana; e, por fim, a dialética apresenta a contradição como movimento da própria história.

O materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade. O materialismo histórico significou uma mudança fundamental na interpretação dos fenômenos sociais (TRIVIÑOS, 1987, p. 51).

O materialismo é toda concepção filosófica que entende a matéria como substância primeira e última de qualquer ser, coisa ou fenômeno do universo. Para os materialistas, a única realidade é a matéria em movimento, que, por sua riqueza e complexidade, pode compor tanto a pedra como os extremamente variados reinos animal e vegetal, além de produzir efeitos surpreendentes, como luz, som, emoção e consciência.

O procedimento metodológico adotado para esse estudo foi a pesquisa bibliográfica, documental e empírica. O intuito desses procedimentos eram para apreender e compreender a realidade dos egressos do curso Superior em Agronomia do IF Goiano - Campus Morrinhos, turmas 2010-2011. Para reflexão acerca do assunto procedeu-se inicialmente pela pesquisa bibliográfica para levantar o conhecimento já produzido, que segundo Oliveira (2007, p. 69) “a principal finalidade da pesquisa bibliográfica é levar o pesquisador (a) a entrar em contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema em estudo”. (OLIVEIRA, 2007, p. 69).

Entre as metodologias de pesquisa que apresentam a abordagem qualitativa, destaca-se a pesquisa documental, que pode ser de extrema importância para se conhecer como as políticas públicas educacionais se materializam através de leis, resoluções, programas de governo, entre outros marcos legais. Essa verticalização dá condições não apenas para se conhecer a realidade, como também para desvendá-la à luz da ciência, de forma crítica, para, posteriormente, transformá-la.

Oliveira (2007) diz que a pesquisa documental

[...] caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação (OLIVEIRA, 2007, p. 69).

Nesse sentido, nota-se que a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, a fontes primárias, que são textos originais, tais como foram escritos e impressos pelo autor. Sendo assim, Oliveira (2007, p. 70) alerta para o fato de que, “[...] na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador(a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico”.

Após um estudo bibliográfico inicial, definição dos objetivos e métodos da pesquisa, foi escolhida, para os procedimentos metodológicos, a pesquisa empírica,

que é “[...] dedicada ao tratamento da face empírica e fatural da realidade; produz e analisa dados, procedendo sempre pela via do controle empírico e fatural” (DEMO, 2000, p. 21).

Como instrumento de pesquisa empírica, foi elaborado um questionário³, constituído por 34 perguntas, na modalidade de múltipla escolha, disponibilizadas por meio da ferramenta Survey Monkey. Esse instrumento foi aplicado ao público-alvo da pesquisa, para que expressassem suas concepções sobre sua formação inicial e o mundo do trabalho. Do universo de 43 egressos das duas turmas investigadas, 40 participaram da pesquisa, atingindo um percentual de 93% dos egressos. O questionário foi dividido nas seguintes dimensões: perfil do egresso, aspecto econômico, trabalho e formação continuada, e curso e expectativa de trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O propósito de apreender as percepções dos egressos do curso superior em Agronomia do IF Goiano – Campus Morrinhos, turmas 2010 e 2011, foi o objetivo deste pesquisa. Questionamos se a formação superior em Agronomia interferiu na vida econômica, social e profissional dos egressos das turmas de 2010 e 2011 do IF Goiano – Campus Morrinhos.

Por meio da leitura do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Agronomia vimos em sua justificativa que, na região onde se encontra o curso, grande parte da população “[...] está envolvida, direta ou indiretamente com atividades rurais. Característica esta que é mantida desde o início de seu povoamento, quando os primeiros desbravadores e colonos ali se estabeleceram dedicando-se à criação de gado e ao cultivo de lavoura” (PPC, 2014, p. 03).

De acordo com o PPC (2014), as justificativas apresentadas para a criação do curso superior em Agronomia estão fortemente comprometidas com o desenvolvimento regional da sociedade urbana e rural. Esse compromisso resulta em oferecer mão de obra qualificada para atender o processo de desenvolvimento econômico do município e da região goiana, que gira em torno do agronegócio (agricultura e agropecuária).

Os dados revelam que 58% dos respondentes, antes de cursar Agronomia no IF Goiano – Campus Morrinhos, residiam no município de Morrinhos; 35% eram residentes de outros municípios do estado de Goiás (Cabeceiras, Caldas Novas, Goiatuba, Goiânia, Joviânia, Mairipotaba, Piracanjuba, Pontalina, Porteirão, Vicentinópolis e Quirinópolis); 5% residiam em outros estados brasileiros (Patos de Minas - MG, Cruz Alta - RS, Campo Grande – MS, e Bandeirantes – PR); e 2% viviam na zona rural.

Entre os objetivos dos IFs está a interiorização da educação superior. Além disso, há a intenção de atender a demanda e a vocação da região na qual se localiza

³ O questionário faz parte do Projeto de Pesquisa avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC/Goiás, (número do parecer: 2.333.932).

a instituição de Ensino. A pesquisa nos permite dizer que o IF Goiano – Campus Morrinhos alcançou um dos seus objetivos, quer seja a interiorização, com as turmas de 2010 e 2011 do curso de Agronomia, uma vez que a maioria dos alunos que buscaram a instituição são oriundos de Morrinhos e de municípios que se localizam nas suas proximidades. Apenas 5% dos alunos são de outros estados. De todo modo, o município mais distante da instituição é Cabeceiras, a 490 km de Morrinhos.

Os Planos Nacionais de Educação, (Leis nº 10.172/2001 e 13.005/2014) se constituem em políticas públicas importantes para a educação, por apresentarem Metas a serem alcançadas.

O PNE de 2001 apresentou 35 objetivos e metas para a educação superior, sendo que quatro delas foram vetadas. É importante ressaltar que, embora ocorressem alterações na configuração da educação superior, o plano em questão mostrou uma pequena participação da União em relação às metas. Das 35 metas, apenas 10 foram realçadas pela União como a única responsável. Nas demais, sua atuação é de colaboradora. Isso implicou em importantes restrições à gestão e ao financiamento da educação no país, em especial, do nível superior, como está posto nas metas 24, 26 e 29.

A meta 2 propunha que a União e os Estados deveriam:

Ampliar a oferta de ensino público de modo a assegurar uma proporção nunca inferior a 40% do total das vagas, prevendo inclusive a parceria da União com os Estados na criação de novos estabelecimentos de educação superior (BRASIL, 2001, s/p).

Para elevar as vagas a um percentual nunca inferior a 40%, o governo federal recomendou políticas de expansão e interiorização, como a criação de novos campi e universidades federais. Nessa direção, observa-se a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), bem como a criação e implementação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O atual PNE instituído pela Lei nº 13.005/2014, apresenta 20 metas a serem alcançadas no decênio 2014-2024, sendo que destas, 5 tratam especificamente da educação superior. No âmbito geral, as metas versam sobre a garantia do direito à educação básica com qualidade; a redução das desigualdades e a valorização da diversidade; caminhos imprescindíveis para a equidade; e valorização dos profissionais da educação.

A meta 12 pretende elevar a taxa bruta de acesso à educação superior para 50% e a líquida para 33%, da população de 18 a 24 anos, o que é extremamente desafiador. Os IFs são instituições públicas de educação que podem viabilizar o alcance desse propósito. Isso porque, com a criação dos IFs no Brasil, a educação superior passou por uma expansão e interiorização considerável. A existência do IF Goiano com cursos em nível superior reforça sua importância no movimento de

expansão e interiorização da educação.

Outro aspecto investigado foi para onde os egressos se mudaram após a conclusão do curso. Os resultados mostraram que do total de alunos que participaram desta pesquisa, 62% continuaram em Morrinhos. Constatamos que o percentual de alunos das turmas analisadas que vive no município cresceu 4,5%. Como as atividades agrícolas e pecuárias são fortemente desenvolvidas no município, pode-se concluir que o mercado de trabalho local absorveu os jovens formandos. Outro ponto a ser considerado é que a expansão da agricultura comercial e da pecuária leiteira contribuíram para a implantação de indústrias no município, promovendo o crescimento regional. Tudo isso justifica o aumento da demanda por profissionais qualificados no município e na região.

Em relação ao processo de formação dos egressos observou que o curso superior de bacharelado em Agronomia é oferecido em tempo integral, e por isso ele não é acessível ao estudante trabalhador. Geralmente, o estudante em tempo integral, que vive exclusivamente para os estudos, é mantido pela família, e não auxilia na renda familiar.

Embora se entenda que o “trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 1991, p.14), este ato requer tempo. O autor ainda acrescenta que a educação é, “ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho” (p.19). A contradição emerge ao constatarmos que os estudantes que precisam trabalhar para custear suas despesas ou para auxiliar na renda familiar não pode frequentar cursos oferecidos em tempo integral, ficam, em última análise, prejudicados ao acesso a este ato/processo.

Outra tendência constatada foi em relação ao trabalho e à formação continuada. Os dados da pesquisa revelam que 52% dos respondentes buscaram formação continuada pela vontade de aprender cada vez mais. Esse dado indica que, para a maioria deles, a formação permanente assume importância no processo de aperfeiçoamento e atualização dos saberes. Além disso, 36% dos participantes da pesquisa citaram que a formação continuada é uma necessidade imposta pelo “mercado” de trabalho. Aqui, essa formação é entendida como capacitação, treinamento da mão de obra do trabalhador, cuja finalidade é aumentar a capacidade produtiva do homem com qualidade, possibilitando maiores lucros para a empresa.

A pesquisa identificou que 54% dos egressos trabalham, 25% trabalham e estudam, 13% apenas estudam, e os demais 8% não trabalham, tampouco estudam. Esses dados corroboram o que foi discutido em relação à formação e ocupação no mercado de trabalho, e mostram que o percentual de desocupados é menor entre os que possuem uma melhor formação.

No que se refere à expectativa de trabalho, a pesquisa indicou que 41% dos respondentes estão muito satisfeitos, e 36% satisfeitos com o curso. Esses percentuais revelam um nível alto de satisfação, pois representam 77% do total. Os egressos que estão parcialmente satisfeitos são 20% e somente 3% estão

insatisfeitos. Os dados mostraram um percentual considerável em relação ao grau de satisfação profissional. Certamente, a atuação profissional tem relação direta com a satisfação com a área profissional. Quase a totalidade dos respondentes, 95% deles, disseram que a formação na educação superior trouxe aspectos positivos.

Em relação ao aspecto socioeconômico a pesquisa indicou que, antes da conclusão do curso superior, 65% dos egressos não tinham rendimentos, e 30% informaram que recebiam de 1 a 2 salários mínimos. O aspecto econômico sofreu alteração após a conclusão do curso superior para 18% dos entrevistados. Considerando que no início do curso 65% dos entrevistados informaram não receber nenhum rendimento, o diferencial para grande parte desses sujeitos foi a conclusão do curso superior.

Em relação as discussões sobre trabalho e educação dos egressos, buscou-se conhecer a atuação profissional. Os dados mostraram que 60% estavam atuando diretamente na área de sua formação. Dessa maneira, entende-se que há uma perspectiva animadora para o campo de atuação da profissão de Engenheiro Agrônomo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi conhecer e interpretar as relações entre a formação no curso Superior em Agronomia e a inserção dos egressos das turmas de 2010 e 2011 do IF Goiano – Campus Morrinhos no mundo do trabalho. O resultado obtido pela pesquisa evidencia que a formação em nível superior provocou mudança na vida profissional dos egressos, uma vez que a inserção no mundo do trabalho se deu em um percentual considerável, na sua área de formação.

As análises indicam como a ideologia refletida nas políticas públicas de governo, interferem na educação. A ideia de que os IFs garantem acesso e permanência à educação superior para a população, independente o condições concretas de subsistência, precisa estar no debate permanente. Esta preocupação se justifica uma vez que os cursos integrais, como o analisado neste estudo, demandam dedicação exclusiva do estudante, impedindo-o de trabalhar e estudar. Logo, os alunos desses cursos são os que pertencem às classes sociais com melhores condições econômicas, as quais não dependem de recursos desses alunos para a composição da renda familiar.

As vozes dos egressos do curso de Agronomia possibilitaram o desvelamento dos dados por meio de uma análise, considerando o processo histórico social, econômico e político. Com a pesquisa empírica, deparou-se, inicialmente, com o perfil dos egressos.

Percebeu que o processo de formação do curso superior de bacharelado em Agronomia é oferecido em tempo integral, e por isso, ele não é acessível ao estudante trabalhador. Geralmente, o estudante em tempo integral, que vive exclusivamente para os estudos, é mantido pela família, e não auxilia na renda familiar.

Por meio da pesquisa que deu voz aos egressos percebemos a importância do IF Goiano - Campus Morrinhos para a região onde atua, uma vez que os profissionais por ela capacitados são introduzidos no meio social do contexto profissional e econômico, conforme dados mostrados na pesquisa empírica.

Ainda sobre a relação trabalho e educação, notou-se que 60% dos sujeitos da pesquisa estão inseridos no mundo do trabalho e atuam diretamente na área de sua formação; 16% estavam trabalhando em áreas correlatas e 24% ou estão na formação continuada ou trabalhando em outras áreas. Dessa maneira, pode-se dizer que existe uma perspectiva animadora para o campo de atuação da profissão de Engenheiro Agrônomo, mais especificamente para aqueles que conseguem a formação em nível superior.

O estudo contribuiu para destacarmos a importância da interiorização do Ensino Superior por meio da expansão dos IFs, entretanto permanece como desafio o acesso e permanência no ensino superior para as classes de menor poder econômico.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação, e dá outras providências. Diário Oficial União. Brasília, 10 jan. 2001.
- _____. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 30 dez. 2008.
- _____. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação, e dá outras providências. Diário Oficial União. Brasília, 26 jun. 2014.
- CUNHA, L. A. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.14, p.89-107, mai./ago. 2000b.
- _____. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília: FLACSO, 2000a.
- DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.
- FIDALGO, F.; MACHADO, L. (Eds.). **Dicionário da educação profissional**. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação: Editora da UFMG, 2000.
- FRIGOTTO, G. O Enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1991.
- _____. Trabalho-educação e tecnologia: treinamento polivalente ou formação politécnica? **Educação e Realidade**, v. 14, p. 17-26, jan./jun. 1989.
- GRAMSCI. **Cadernos do cárcere**. v. 01. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011.
- IANNI, O. **Karl Marx**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1980.

LAUDARES, J. B.; QUARESMA, A. G. **A pedagogia da escola do trabalho e a formação integral do trabalhador**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 88, n. 220, p. 516 -530, set./dez. 2007.

Marx.K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I, v. 01. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1983.

MARX, K. ; ENGELS, F. **A ideologia alemã (Feurabch)**. 5 ed. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1986.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

PARO, V. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In: FERREIRA, C. J.; SILVA JR, J. dos R.; OLIVEIRA, M. R. N. S. (Orgs). **Trabalho, formação e currículo**: para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999.

_____. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 1997.

Projeto Pedagógico do Curso Superior de Bacharelado em Agronomia. Morrinhos-GO, 2014.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007.

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez, 1991.

TRIVIÑOS. A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.